

BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A
CNPJ 04.737.144/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A administração da Brascomp - Compensados do Brasil S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia tem por objetos a indústria, o comércio e a exportação de madeiras laminadas, compensadas, serradas e beneficiadas; indústria extrativa vegetal; florestamento e reflorestamento; pecuária de cria, corte e leiteira.

Atualmente, a Companhia concentra suas atividades apenas na venda de mercadorias *in natura* oriundas dos processos de manejo florestal. A fábrica de compensados (localizada no município de Ananindeua / PA) e a serraria (localizada no município de Belém / PA) foram desativadas. A decisão ocorreu em sintonia com o desejo dos acionistas.

No exercício foi registrado prejuízo de R\$ 2.721.335,64.

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da Companhia, neste exercício.

ARI ZUGMAN

Diretor Presidente

BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

A T I V O

	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE		35.089.890,20	37.741.534,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	33.077.048,20	34.215.747,93
Clientes	6	-	1.916.713,92
Adiantamentos a Empregados		1.282,86	53.611,86
Adiantamentos Diversos		4.835,20	3.976,66
Estoques	7	748.735,77	748.735,77
Tributos a Recuperar	8	271.776,68	4.115,00
Despesas do Exercício Seguinte		22.451,05	27.661,25
Outros Créditos	9-a	963.760,44	770.972,17
NÃO CIRCULANTE		4.588.504,97	4.666.259,59
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.765.694,99	2.780.004,66
Adiantamento "Projeto Carbono"	10	698.241,31	698.241,31
Depósitos Judiciais	15	769.457,12	732.030,83
Tributos a Recuperar	8	-	51.735,96
ITERPA	16	1.297.996,56	1.297.996,56
INVESTIMENTOS		0,01	0,01
Em Controlada	11	0,01	0,01
IMOBILIZADO	12	1.820.684,38	1.884.129,33
INTANGÍVEL	13	2.125,59	2.125,59
TOTAL DO ATIVO		39.678.395,17	42.407.794,15

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

P A S S I V O

	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE		864.847,22	910.336,85
Fornecedores		106.448,83	108.596,56
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	304.725,09	281.199,92
Obrigações Tributárias		132.561,97	199.885,01
Adiantamentos de Clientes		299.089,76	299.089,76
Outros Débitos		22.021,57	21.565,60
NÃO CIRCULANTE		2.067.453,68	2.030.027,39
Depósitos Judiciais	15	769.457,12	732.030,83
ITERPA	16	1.297.996,56	1.297.996,56
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.746.094,27	39.467.429,91
Capital Social	17	14.350.000,00	14.350.000,00
Reservas de Lucros		22.396.094,27	25.117.429,91
Reserva Legal	18-a	1.964.987,57	1.964.987,57
Reserva de Retenção de Lucros		17.685.226,30	17.685.226,30
Reserva para Futuro Aumento de Capital	18-c	11.972.635,09	11.972.635,09
Prejuízos Acumulados		(9.226.754,69)	(6.505.419,05)
TOTAL DO PASSIVO		39.678.395,17	42.407.794,15

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Reais

	NOTA	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	19-a	535.898,64	550.351,14
LUCRO BRUTO		535.898,64	550.351,14
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.271.269,43)	(4.243.854,42)
Despesas Gerais e Administrativas	19-b	(6.341.269,43)	(4.424.088,19)
Outras Receitas Operacionais	19-e	70.000,00	180.233,77
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		4.342.402,90	3.667.600,13
Receitas Financeiras	19-c	4.480.695,58	3.710.276,31
Despesas Financeiras	19-d	(138.292,68)	(42.676,18)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(1.392.967,89)	(25.903,15)
Contribuição Social e Imposto de Renda	3-m	(1.328.367,75)	(1.360.920,00)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.721.335,64)	(1.386.823,15)
Por Lote de 1.000 Ações do Capital Social		(3,12)	(1,59)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PERÍODO DE 31/DEZ/23 A 31/DEZ/25
 Em Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			PREJUÍZO /LUCROS ACUMULADOS	RESULTADO ABRANGENTE	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
Em 31/DEZ/23	14.350.000,00	1.964.987,57	17.685.226,30	11.972.635,09	(5.118.595,90)	-	40.854.253,06
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(1.386.823,15)	-	(1.386.823,15)
Em 31/DEZ/24	14.350.000,00	1.964.987,57	17.685.226,30	11.972.635,09	(6.505.419,05)	-	39.467.429,91
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(2.721.335,64)	-	(2.721.335,64)
Em 31/DEZ/25	14.350.000,00	1.964.987,57	17.685.226,30	11.972.635,09	(9.226.754,69)	-	36.746.094,27

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

BRASCOMP - COMPENSADOS DO BRASIL S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Reais

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(2.721.335,64)	(1.386.823,15)
Ajuste do Resultado das Disponibilidades Geradas na Atividade Operacional	64.592,15	114.868,58
Depreciação	64.592,15	114.868,58
(Acréscimo) Decréscimo em Ativos Operacionais	1.564.680,59	7.283,03
Clientes	1.916.713,92	104.718,81
Adiantamentos a Empregados e Diversos	51.470,46	(1.915,03)
Tributos a Recuperar	(215.925,72)	(1.780,17)
Outros Créditos	(192.788,27)	(87.297,98)
Adiantamento "Projeto Carbono"	-	(10.419,93)
Despesas do Exercício Seguinte	5.210,20	3.977,33
Acréscimo (Décrécimo) em Passivos Operacionais	(45.489,63)	(140.537,56)
Fornecedores	(2.147,73)	(22.276,23)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.525,17	(36.063,41)
Obrigações Tributárias	(67.323,04)	(83.637,29)
Outros Débitos	455,97	1.439,37
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.137.552,53)	(1.405.209,10)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no Imobilizado	(1.147,20)	(6.660,80)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.147,20)	(6.660,80)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES	(1.138.699,73)	(1.411.869,90)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.138.699,73)	(1.411.869,90)
Início do Exercício	34.215.747,93	35.627.617,83
Final do Exercício	33.077.048,20	34.215.747,93

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional

A Brascomp – Compensados do Brasil S/A (“Companhia”) tem por objetos a indústria, o comércio e a exportação de madeiras laminadas, compensadas, serradas e beneficiadas, indústria extrativa vegetal, florestamento e reflorestamento, pecuária de cria, de corte e leiteira.

A partir do exercício de 2011, a Companhia reduziu, gradativamente, parte de suas operações de industrialização, mantendo apenas a venda de mercadorias *in natura* oriundas dos processos de manejo florestal. A fábrica de compensados (localizada no município de Ananindeua/PA) e a serraria (localizada no município de Belém/PA) foram desativadas. A decisão, em sintonia com o desejo dos acionistas de suspender parte das operações, se deu, principalmente, em virtude de condições econômicas de mercado, o que tem inviabilizado (mesmo que temporariamente) a manutenção das atividades de industrialização.

2 Base de Preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as referidas práticas se incluem as Leis nº 11.638/07, que modificou a Lei nº 6.404/76, e a nº 11.941/09. Adicionalmente, as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas conforme interpretação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.404/76.

A autorização da Diretoria para a conclusão dessas demonstrações financeiras ocorreu em 06/MAR/26.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exige que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as premissas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 – Clientes (perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa)
- Nota explicativa 3-f – Estoques
- Nota explicativa 12 – Imobilizado (vidas úteis)
- Nota explicativa 20 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira (quando aplicável), isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, como também os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria "empréstimos e recebíveis".

(ii) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado com base no método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(iii) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Passivos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros débitos.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos em caixa e contas correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

e. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores faturados, ajustados ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, e no caso dos clientes mercado externo, os valores estão representados por este custo, acrescidos das variações cambiais, reduzidos dos valores julgados suficientes, como perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

f. Estoques

Os estoques de madeira serrada e toras de madeira foram avaliados segundo o critério previsto no art. 308 do regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580/18, enquanto os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

g. Investimentos

A participação relevante na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando o patrimônio líquido desta, na mesma data, e seguindo as mesmas práticas contábeis.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A administração, por meio de relatório de avaliação realizado por empresa especializada em 2010, não apurou evidências de que o valor contábil de seus ativos exceda ao seu valor recuperável, mantendo tal avaliação desde o exercício de 2011 e optado por não efetuar o registro do custo atribuído (*deemed cost*), conforme permitido pela Interpretação Técnica ICPC 10.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia (quando aplicável) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local, além também de condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem, de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

Após a aplicação dos procedimentos descritos no item “i” deste tópico, a Companhia manteve o ativo imobilizado demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/DEZ/95. A depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 2011, a depreciação passou a ser calculada societariamente, observando as taxas que consideram o tempo de vida útil dos bens informados no relatório de avaliação, e para os bens adquiridos após a realização do referido relatório, o tempo de vida útil consta nos relatórios formalizados por técnicos especializados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Ativos Intangíveis

Referem-se aos gastos incorridos pela Companhia para o registro de marcas e patentes.

j. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos Financeiros não Derivativos

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo.

Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente quando qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de

crédito atuais são tais, que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não Financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, sendo em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos, que reflitam as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, ganho com instrumentos financeiros não derivativos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

No ano-calendário de 2025, a Companhia adotou o cálculo da Contribuição Social e do Imposto de Renda Sobre o Lucro, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro presumido e efetuando as apurações trimestrais.

4 Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Clientes

O valor justo de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e para fins de divulgação, na data-base das demonstrações financeiras.

(ii) Passivos Financeiros não Derivativos

São mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Caixa e Bancos	7.467,11	36.100,39
Aplicações Financeiras	33.069.581,09	34.179.647,54
Total	33.077.048,20	34.215.747,93

6 Clientes

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Cientes Mercado Interno e Externo	1.189.721,02	4.206.448,08
Perdas Estimadas com Crédito de Liquid. Duvidosa	(1.189.721,02)	(2.289.734,16)
Total	-	1.916.713,92

No exercício de 2025, a Companhia efetuou a baixa de créditos a receber de clientes considerados incobráveis, conforme deliberação da Administração, fundamentada na análise individual dos títulos e em relatórios emitidos pelos assessores jurídicos. Parte dos valores não se encontrava anteriormente provisionada, tendo o respectivo efeito sido reconhecido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente foi integralmente provisionado a título de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

7 Estoques

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Madeira Serrada	395.907,79	395.907,79
Bens a Comercializar	352.827,98	352.827,98
Total	748.735,77	748.735,77

8 Tributos a Recuperar

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Circulante		
IRRF	33.272,23	20,85
ISS	14,04	14,04
IRPJ	237.064,98	2.657,54
CSLL	1.422,57	1.422,57
PIS/Cofins	2,86	-
Total	271.776,68	4.115,00
Não Circulante		
ICMS	7.996.647,61	7.996.647,61
(-) Provisão ICMS a Recuperar	(7.996.647,61)	(7.996.647,61)
IPI	51.735,96	51.735,96
(-) Provisão IPI a Recuperar	(51.735,96)	-
Total	-	51.735,96

9 Partes Relacionadas

Demonstramos as questões relevantes envolvendo partes relacionadas:

a. Outros Créditos

Os valores a seguir, registrados na conta de outros créditos, referem-se às despesas operacionais da Maginco Verde LTDA., pagas pela Companhia:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Maginco Verde LTDA.	963.760,44	770.972,17
Total	963.760,44	770.972,17

10 Adiantamento “Projeto Carbono”

Refere-se aos gastos iniciais do Projeto REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), desenvolvido em parceria com a *Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A.*

A sociedade parceira encontra-se, atualmente, em processo de reestruturação societária e em função desse fato, o projeto está sendo objeto de reavaliação quanto à sua viabilidade econômica e jurídica. A Administração, em conjunto com o parceiro, vem conduzindo as análises e adotando as providências necessárias para adequação às normas regulatórias aplicáveis, com vistas à sua regular continuidade.

Os investimentos acumulados no projeto totalizam R\$ 698.241,31 em 2025 e em 2024. Eventuais aportes adicionais permanecerão condicionados à conclusão da referida reavaliação e às deliberações subsequentes.

11 Investimento em Controlada

O investimento, em controlada, no valor de R\$ 0,01 31/DEZ/25 (R\$ 0,01 em 31/DEZ/24), está composto por:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Maginco Verde LTDA.	0,01	0,01
Total	0,01	0,01

Em 31/DEZ/25

Descrição	Em Reais
	Maginco Verde LTDA.
Capital Social Integralizado	284.648,00
Patrimônio Líquido	702.366,81
Resultado do Exercício	(90.841,75)
Saldo Contábil do Investimento	0,01
Saldo do Investimento	0,01
Equivalência Patrimonial	-
	Em Percentual
Participação - Controlada	99,990%

Em 31/DEZ/24

Descrição	Em Reais
	Maginco Verde LTDA.
Capital Social Integralizado	284.648,00
Patrimônio Líquido	893.943,89
Resultado do Exercício	(191.572,88)
Saldo Contábil do Investimento	0,01
Saldo do Investimento	0,01
Equivalência Patrimonial	-
	Em Percentual
Participação - Controlada	99,990%

Conforme permitido pela legislação vigente, as normas e práticas contábeis aplicáveis admitem que a controladora deixe de apresentar demonstrações financeiras consolidadas quando atendidos determinados requisitos previstos na regulamentação pertinente, incluindo situações em que tal apresentação é dispensada pelos órgãos reguladores competentes.

12 Imobilizado

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais			
	31/DEZ/25			31/DEZ/24
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	65.996,57	(55.430,27)	10.566,30	13.206,20
Edificações	1.166.751,31	(1.166.751,31)	-	-
Embarcações	14.036,43	(13.788,00)	248,43	284,43
Hardwares	286.455,09	(277.872,00)	8.583,09	11.241,06
Softwares	12.274,78	(12.274,78)	-	-
Terrenos	197.456,95	-	197.456,95	197.456,95
Ferramentas	415,00	(415,00)	-	-
Instalações	230.834,46	(230.503,12)	331,34	529,98
Máquinas e Equipos	5.469.296,24	(5.434.977,87)	34.318,37	47.922,54
Móveis e Utensílios	187.266,34	(182.922,11)	4.344,23	6.039,32
Tratores	2.273.610,24	(2.273.610,24)	-	-
Veículos	613.910,00	(613.910,00)	-	25.658,87
Ajustes de Depreciação	-	1.564.835,67	1.564.835,67	1.581.789,98
Total	10.518.303,41	(8.697.619,03)	1.820.684,38	1.884.129,33

O valor de "ajustes de depreciação" refere-se à adequação entre os valores de depreciação calculados pelo critério fiscal e aquele que é devido, considerando a vida útil remanescente dos bens.

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 2025 é a seguinte:

Descrição	Em Reais				
	Saldo Líquido em 31/DEZ/24	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Líquido 31/DEZ/25
Benfeit. em Imóveis de Terceiros	13.206,20	-	-	(2.639,90)	10.566,30
Embarcações	284,43	-	-	-	284,43
Hardware	11.241,06	1.147,20	-	(36,00)	12.352,26
Ferramentas	-	-	-	(3.805,17)	(3.805,17)
Terrenos	197.456,95	-	-	-	197.456,95
Instalações	529,98	-	-	(198,64)	331,34
Máquinas e Equipos.	47.922,54	-	-	(13.604,17)	34.318,37
Móveis e Utensílios	6.039,32	-	-	(1.695,09)	4.344,23
Veículos	25.658,87	-	-	(25.658,87)	-
Ajustes de Depreciação	1.581.789,98	-	-	(16.954,31)	1.564.835,67
Total	1.884.129,33	1.147,20	-	(64.592,15)	1.820.684,38

Revisão das Vidas Úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia manteve as taxas do ano de 2024.

Avaliação para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Durante o exercício de 2025, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, consequentemente nenhuma provisão para perdas foi constituída.

13 Intangível

O saldo desta conta está composto por marcas e patentes, em ambos os exercícios, não tendo havido movimentação.

14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Salários e Ordenados a Pagar	55.399,10	55.871,00
Pró-Labore a Pagar	31.505,02	31.107,36
INSS a Recolher	40.842,51	37.809,98
FGTS a Recolher	14.090,57	9.241,74
Provisão para Férias	120.172,97	107.667,15
Provisão INSS s/Férias	32.606,54	30.394,29
Provisão FGTS s/Férias	9.566,24	8.573,52
Outros	542,14	534,88
Total	304.725,09	281.199,92

15 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais correspondem aos valores de ações, as quais foram consideradas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis.

Descrição	31/DEZ/25		31/DEZ/24	
	Ativo RLP	Passivo NC	Ativo RLP	Passivo NC
Depósitos Judiciais				
SENAR	300.721,49	300.721,49	300.721,49	300.721,49
IBAMA	468.735,63	468.735,63	431.309,34	431.309,34
Total	769.457,12	769.457,12	732.030,83	732.030,83

Além dos valores dos processos já reconhecidos como perda provável, inclusive com depósitos judiciais, a Companhia possui outras contingências avaliadas pelos consultores legais, classificadas como perdas possíveis, num montante estimado de R\$ 2.595.702,19, para as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

16 ITERPA

Conforme aditivo ao Termo de Compromisso, celebrado com o Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em 24/ABR/09, a Companhia autorizou o levantamento do depósito judicial, mantendo-se, entretanto, o entendimento quanto aos direitos que possui ao domínio público estadual das terras objeto do Termo de Compromisso celebrado em 16/MAIO/08.

17 Capital Social

Pertencente a acionistas domiciliados no país no valor de R\$ 14.350.000,00 em 31/DEZ/25 e 31/DEZ/24, está composto de 871.526.750 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31/DEZ/25 e 31/DEZ/24.

18 Destinações Propostas

a. Reserva Legal

Em 31/DEZ/25 não foi calculado e contabilizado valor a título de reserva legal em virtude de a Companhia ter apresentado prejuízo.

b. Dividendos

Em 31/DEZ/25 não houve provisão de dividendos devido ao prejuízo do exercício. Conforme o art. 202, § 2º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia considera o percentual de 25% do lucro líquido ajustado do exercício para o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

c. Reserva para Futuro Aumento de Capital

Reserva de lucros destinada a aumento de capital constituída conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

19 Demonstração do Resultado do Exercício

Apresenta de forma resumida as operações realizadas pela Companhia, demonstradas de forma a destacar o resultado do exercício. Está apresentada em conformidade com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

a. Receita Líquida

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Receita Operacional Bruta	556.200,00	571.200,00
Receita de Aluguéis	556.200,00	571.200,00
(-) Deduções	(20.301,36)	(20.848,86)
(-) PIS e Cofins sobre Aluguéis	(20.301,36)	(20.848,86)
Receita Líquida	535.898,64	550.351,14

Em 2025 e 2024 não houve receita de vendas.

A Diretoria optou por não realizar a colheita de Madeiras relativa às safras de 2025/24, 2024/23 e 2023/22, aguardando a normalização do mercado.

b. Despesas Gerais e Administrativas

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Despesas com Pessoal	(2.466.051,53)	(2.471.619,73)
Impostos e Taxas	(311.507,80)	(272.677,81)
Combustíveis e Lubrificantes	(97.970,70)	(120.959,69)
Correios e Malotes	(80,97)	-
Despesas Legais e Judiciais	(3.643,83)	(348,62)
Manutenção de Veículos	(14.164,68)	(15.755,68)
Despesas Indedutíveis	(57.652,69)	(118.241,79)
Despesas de Viagem	(139.357,17)	(23.341,00)
Energia Elétrica	(36.651,37)	(40.467,81)
Comunicação	(61.314,59)	(71.291,05)
Seguros	(33.067,56)	(34.818,07)
Transporte de Pessoal	-	(11.946,99)
Anúncios e Publicações	(16.403,92)	(8.015,84)
Créditos Incobráveis	(3.016.727,06)	-
Perdas Estimadas com Créd. de Liquid. Duvidosa	1.100.013,14	-
Depreciação	(64.592,16)	(114.868,58)
Serviços de Terceiros - PF	(93.736,75)	(157.491,66)
Serviços de Terceiros - PJ	(910.262,94)	(918.367,69)
Outros	(118.096,85)	(43.876,18)
Total	(6.341.269,43)	(4.424.088,19)

Em 2025 em virtude de a Companhia não ter gerado receita com a venda de produtos e imóveis não teve apropriação/contabilização de custos. A receita registrada refere-se à locação de imóveis.

Os valores elevados com despesas gerais e administrativas estão relacionados com a manutenção das áreas e das florestas que independem da extração da madeira.

Conforme mencionado na nota 6, a Companhia efetuou a baixa de créditos a receber de clientes considerados incobráveis, sendo que parte dos valores baixados não se encontrava anteriormente provisionada, tendo o respectivo efeito reconhecido no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2025.

c. Receitas Financeiras

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Descontos Obtidos	2.443,86	8.794,43
Rendimento de Aplicações Financeiras	4.419.941,86	3.669.826,93
Juros Ativos	58.309,86	28.840,76
Variações Cambiais Ativas	-	2.814,19
Total	4.480.695,58	3.710.276,31

d. Despesas Financeiras

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Juros Passivos	(37.606,77)	(34.852,53)
IOF	(1.089,37)	(102,48)
Despesas Financeiras com Fundo de Investimentos	(91.262,48)	-
Despesas Bancárias	(8.334,06)	(7.721,17)
Total	(138.292,68)	(42.676,18)

e. Outras Receitas Operacionais

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em Reais	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Receitas Diversas	-	179.933,77
Ganhos na Alienação de Imobilizado	70.000,00	300,00
Total	70.000,00	180.233,77

20 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no

mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Não foram identificadas diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas e prazos contratados versus os vigentes no mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito ocorre quando as contrapartes não têm capacidade de cumprir suas obrigações. Alguns clientes excedem a 5% da carteira, sendo esta uma tendência natural devido ao segmento da Companhia. A Companhia busca resguardar a liquidez dos recebíveis, negociando garantias subsidiárias, quando possível.

b. Risco de Taxa de Juros

A exposição ao risco de taxa de juros está diretamente relacionada às flutuações de taxas de juros dentro e fora do país que trazem reflexos aos preços de ativos e passivos atrelados a estes.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações nas taxas de juros decorrentes das aplicações financeiras, contratadas a taxas de juros flutuantes atreladas à variação do CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

c. Risco de Liquidez

Relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Companhia em obter recursos para honrar seus compromissos.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(i). Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores de mercado dos equivalentes de caixa (aplicações financeiras) aproximam-se dos valores de custo, para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, tendo em vista que não houve alterações substanciais no mercado entre as datas de aplicação e as datas dos balanços.

21 Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros contra riscos diversos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

ARI ZUGMAN
DIRETOR PRESIDENTE

RAYSON SANTOS FERREIRA
CONTADOR – CRC-PR 063987/O-2 S-PA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Brascomp – Compensados do Brasil S/A
Ananindeua/PA

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Brascomp – Compensados do Brasil S/A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brascomp – Compensados do Brasil S/A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Companhia, na falta de um sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração contábil, efetuou a avaliação de seu estoque de madeira serrada, no valor de R\$ 395.907,79, em 31 de dezembro de 2025, por valores arbitrados, cujos critérios são determinados pela legislação fiscal (Nota 3-f). Também, considerando que não foram efetuados procedimentos de inventário físico com o acompanhamento dos auditores externos, não temos como opinar sobre a quantidade de estoques existentes em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Suspensão das Atividades Operacionais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19.a e para o Relatório da Administração às demonstrações contábeis, os quais descrevem que a Companhia se encontra com suas atividades operacionais suspensas desde 2023, não tendo auferido receitas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como nos exercícios anteriores. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos – Demonstrações Financeiras Individuais

A empresa controlada elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 06 de março de 2026, sem modificação.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem os efeitos da consolidação de suas controladas, e nossa opinião refere-se exclusivamente às demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de março de 2026.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-PA

Irineu Homan
Contador CRCPR Nº 043.061/O-0 S-PA

CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR-002906/O-5 S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Brascomp Compensados do Brasil S/A**, cumprindo suas atribuições legais, consoante previsto no artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei 6404/76, e atendendo ao Estatuto Social, no seu artigo 17º e ao Regimento Interno do Conselho Fiscal, no seu artigo 11º, incisos I e II, examinaram o conjunto das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, composto pelo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando as análises efetuadas, o acompanhamento das atividades e das operações do exercício, os esclarecimentos prestados pela administração e levando em conta os trabalhos desenvolvidos e o Relatório dos Auditores Independentes Consult - Auditores Independentes, emitido com data de 06 de março de 2026, com ressalvas (o estoque de madeira serrada - R\$ 395 mil foi avaliado segundo a legislação fiscal), os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinam, por unanimidade, favoravelmente no sentido de que os documentos acima elencados encontram-se em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

Curitiba, 10 de março de 2026.

Alberto Irazê Ribeiro

Conselheiro Fiscal Titular

Julio Alvaro Amadeu

Conselheiro Fiscal Titular

Suellen Cordeiro dos Santos Bonfim

Conselheiro Fiscal Titular